

Azeredo: "a ciclovia é uma das melhores do mundo"

Defesa. O prefeito prestou depoimento ontem na comissão encarregada do processo de Impeachment na Câmara

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

O depoimento de 46 minutos do prefeito Paulo Azeredo encerrou, na tarde de ontem, a fase de instrução do processo de Impeachment que tramita contra ele na Câmara de Vereadores. Gripado, o chefe do Executivo compareceu diante da comissão processante, formada por Gustavo Zanatta (PP), Renato Kranz (PMDB) e Dorivaldo da Silva (PDT), e negou a ocorrência de irregularidades na implantação da ciclovia da Rua Capitão Cruz, acusação que sustenta o pedido de cassação. Azeredo estava acompanhado do seu advogado, João Elias Bragatto.

O prefeito iniciou as suas manifestações em tom irônico. Disse que deve ser indicado para o Guinness Book, por ser um dos únicos administradores do país que, em pouco mais de dois anos, enfrenta sua terceira tentativa de Impeachment. Depois, questionado pelo presidente da comissão, Gustavo Zanatta, já bem mais sereno.

Indicado para o Guinness Book, por ser um dos únicos administradores do país que, em pouco mais de dois anos, enfrenta sua terceira tentativa de Impeachment. Depois, questionado pelo presidente da comissão, Gustavo Zanatta, já bem mais sereno, alegou que está sendo vítima de injustiça.

Para Azeredo, o fato de dois dos três processos terem sido desencadeados pela mesma pessoa, o representante comercial Luis Henrique Soares de Melo, que trabalhou na campanha do vereador Márcio Müller



(PTB), um dos líderes da oposição, não é coincidência. "Montenegro tem 42 mil eleitores e é o mesmo que faz dois pedidos de cassação", sintetizou, acrescentando que se trata de perseguição política.

O prefeito também garantiu que a implantação da ciclovia na Rua Capitão Cruz foi, sim, submetida ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito. E que o coronel Edar Borges Machado, ex-diretor de Trânsito, faltou com a verdade quando disse, na comissão processante, que não sabia da instalação. Para provar, apresentou reportagens publicadas pela imprensa, em 2014, onde o coronel citava a Capitão Cruz como um dos trechos contemplados. "Negar agora é fácil, mas sabiam de tudo", atacou.

processante, que não sabia da instalação. Para provar, apresentou reportagens publicadas pela imprensa, em 2014, onde o coronel citava a Capitão Cruz como um dos trechos contemplados. "Negar agora é fácil, mas sabiam de tudo", atacou.

Reiterando que está sendo vítima de uma injustiça, o prefeito lembrou que já no Plano de Mobilidade Urbana a obra estava prevista na Capitão Cruz, mas na lateral da via, o que roubaria espaço de estacionamento. E ela seguiria até a RSC-287, o que considera inviável, tendo em



GUSTAVO Zanatta, presidente da comissão processante, foi o único que fez perguntas ao prefeito durante o seu depoimento, na tarde desta quarta-feira

vista que, no entroncamento com a rodovia, a rua sequer foi aberta ainda. "Nós mudamos o projeto para melhorar. Da forma como foi colocada (no meio da rua), a ciclovia não interferiu no dia a dia do comércio", garantiu.

Azeredo não se conforma com a possibilidade de perder o mandato por ter

o problema foi corrigido em sua gestão. "A nossa ciclovia é uma das melhores do mundo", ressaltou, referindo-se à obra no Centro.

Dos integrantes da comissão processante, apenas Zanatta fez perguntas. Agora, a defesa tem cinco dias para apresentar suas razões escritas. Na próxima quarta,

é uma das melhores do mundo", ressaltou, referindo-se à obra no Centro.

Dos integrantes da comissão processante, apenas Zanatta fez perguntas. Agora, a defesa tem cinco dias para apresentar suas razões escritas. Na próxima quarta, dia 20, o relator do processo, Renato Kranz, apresentará suas conclusões. Se o relatório for aprovado, será marcada a sessão de julgamento, que terá de ocorrer antes do dia 29, quando termina o prazo legal de três meses para o encerramento dos trabalhos.

OUTROS ARGUMENTOS DO PREFEITO

- Não é verdade que a ciclovia está sobre onde, futuramente, será colocado o duto de captação do esgoto da Capitão Cruz para posterior tratamento.

- Apesar das críticas, não

- Não é verdadeira a afirmação de que um caminhão não passa por um ônibus estacionado. Tampouco, que uma ambulância fica impedida de fazer um socorro naquela via por causa da obra. "Com a substitui-

- Não é verdade que a ciclovia está sobre onde, futuramente, será colocado o duto de captação do esgoto da Capitão Cruz para posterior tratamento.

- Apesar das críticas, não houve acidente na Rua Capitão Cruz depois da instalação da ciclovia, embora a obra ainda não esteja totalmente concluída porque há um processo tramitando na Justiça, em que o Ministério Público obteve liminar pela paralisação dos trabalhos.

- Não é verdadeira a afirmação de que um caminhão não passa por um ônibus estacionado. Tampouco, que uma ambulância fica impedida de fazer um socorro naquela via por causa da obra. "Com a substituição dos blocos de concreto pelas tartarugas de metal, os veículos podem, em caso de necessidade, fazer as manobras necessárias para efetuar um socorro", garante o prefeito.

- O tráfego ficou mais lento, mas está mais seguro.

Fortunati não vai depor

O prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, arrolado como testemunha pela defesa, não será ouvido pela comissão processante. As várias tentativas de agendamento foram frustradas. O grupo entendeu que seu nome foi colocado na lista com o único objetivo de protelar os trabalhos, mas o advogado João Elias Bragatto nega. Ele pediu que os vereadores reconsiderassem a decisão.

De acordo com o defensor, Porto Alegre é uma das cidades com maior quantidade de ciclovias entre as capitais brasileiras. "E lá, quando da implantação, a Administração também enfrentou muitos proble-

mas", alegou. Não ouvi-lo, segundo Bragatto, afronta as garantias constitucionais de ampla defesa do prefeito Paulo Azeredo.

Apesar dos protestos do advogado, o pedido de reconsideração foi rejeitado por três votos a zero. Para os vereadores Gustavo Zanatta, Renato Kranz e Dorivaldo da Silva, Fortunati não tem qualquer relação com os fatos do processo de Impeachment e sua oitiva não faria a menor diferença. Além disso, se esperasse, o grupo não conseguiria cumprir o prazo de 90 dias definido em lei para o encerramento dos trabalhos, comprometendo tudo que já foi realizado.

ATAQUE E DEFESA

- A implantação da ciclovia violou diversas leis, a começar pelo orçamento do Município para 2015, em que a obra não estava prevista. Segundo a defesa, a alegação não é verdadeira, uma vez que a implantação de ciclovias no perímetro urbano e a melhoria das já existentes tem verba prevista de R\$ 175 mil na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015, inclusive aprovada pela Câmara de Vereadores.

- Houve atropelo ao Plano de Mobilidade Urbana, elaborado em 2011, que previa a instalação da ciclovia na Rua Bento Gonçalves. A defesa alega que o Plano

prevê uma ciclovia principal na Rua Bento Gonçalves, numa das bordas da pista, e outra na Capitão Cruz, de 2,45 km, com característica monodirecional, ou seja, em sentido único e não duplo, como ocorreu. A Prefeitura teria priorizado a segunda para atender mais gente.

- O prefeito teria ferido a legislação ao não apresentar estudos de impacto da modificação e nem mesmo o projeto arquitetônico antes do início dos trabalhos.

A defesa assegura que a obra tem projeto e anotação de responsabilidade técnica, dentro dos princípios legais. Inclusive, observa que as obras, na Bruno de

Andrade, começaram muito antes e, desde então, vinha sendo projetado o trecho da Capitão Cruz.

- Não houve consulta prévia sobre a obra aos usuários e ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito. Teria havido, sim, consulta aos usuários, tanto que a Aciclomont é favorável ao formato da ciclovia. Quanto ao CMTT, trata-se de um órgão consultivo, que deve emitir pareceres quando solicitado pela Administração. "Se (o prefeito) não fez, foi porque não julgou necessário", alegam os defensores.

- Ocorreu desperdício de

verbas, com a pintura, colocação de bloquitos e, depois, de tartarugas metálicas, e a mão de obra empregada na construção.

A defesa diz que não houve desperdício de dinheiro público, uma vez que a ciclovia cumpre a sua função. Quanto aos bloquitos de concreto usados inicialmente, afirma que o prefeito não pode ser responsabilizado pelas depredações. A maior parte deles estaria à disposição para uso em outras obras.

- A compra das tartarugas, a R\$ 35 mil, foi feita sem licitação, o que seria irregular. A defesa não se manifestou sobre este assunto.